

DU BOIS E OS ABOLICIONISTAS: O *AMERICANISMO NEGRO* NA LUTA PELOS DIREITOS CIVIS DURANTE O SÉCULO XX

DU BOIS AND ABOLITIONISTS: *BLACK AMERICANISM* ON THE STRUGGLE FOR CIVIL RIGHTS IN THE 20th CENTURY

DU BOIS Y LOS ABOLICIONISTAS: EL *AMERICANISMO NEGRO* EN LA LUCHA POR DERECHOS CIVILES EN EL SIGLO XX

*João Mateus Ferreira Silva*¹
*Edimilson Júnio do Amaral Pessanha*²

RESUMO

Este artigo visa explicar a influência dos ideais americanistas nos afrodescendentes e em suas lutas por Direitos Civis, desde a Independência das Treze Colônias. Baseando-se nos trabalhos de Bay (2006), Hansen (2006) e Rodrigues (2013), busca mostrar uma confluência entre o discurso adotado pelos abolicionistas estadunidenses até o século XIX e as pautas defendidas pelos modernos movimentos por Direitos Civis no século XX. A luta pela abolição da escravização nos Estados Unidos e o desenvolvimento de estudos sobre a comunidade negra no país são explicados sob a reivindicação de um “americanismo negro” ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. No século XX, a luta pelos direitos civis é analisada sobre a reivindicação de liberdade e igualdade para as pessoas afro-estadunidenses sob a influência intelectual principal do sociólogo e historiador Du Bois.

Palavras-chave: Americanismo. Direitos Civis. Afro-estadunidenses. Abolicionistas. Du Bois.

ABSTRACT

This article aims to explain the influence of Americanist ideals on people of African descent and in the struggle for Civil Rights since the Independence of the Thirteen Colonies. Based on the works of Bay (2006), Hansen (2006) and Rodrigues (2013), this paper seeks to show a confluence between the discourse adopted by US abolitionists until the 19th century and the guidelines defended by modern civil rights movements in the 20th century. The struggle for the abolition of enslavement in the United States and the development of studies on the black community in the country are explained under the claim of "Black Americanism" throughout the eighteenth, nineteenth, and twentieth centuries. In the twentieth century, the struggle for civil rights was analyzed on the claim of freedom and equality for the Afro-American people under the principal intellectual influence of sociologist and historian Du Bois.

Keywords: Americanism. Civil Rights. Afro-americans. Abolitionists. Du Bois.

RESUMEN

Este artículo pretende explicar la influencia de los ideales americanistas sobre los afrodescendientes y la lucha por los derechos civiles desde la Independencia de las Trece

¹ Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense/ESR

² Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense/ESR

Colonias. Basándose em los trabajos de Bay (2006), Hansen (2006) y Rodrigues (2013), este busca mostrar una confluencia entre el discurso adoptado por los abolicionistas estadounidenses hasta el siglo XIX y las pautas defendidas por los movimientos modernos de derechos civiles en el siglo XX. La lucha por la abolición de la esclavitud en los Estados Unidos y el desarrollo de estudios sobre la comunidad negra en los Estados Unidos se explican bajo la pretensión de un "americanismo negro" a lo largo de los siglos dieciocho, diecinueve y veinte. En el siglo XX, la lucha por los derechos civiles se analiza en el reclamo de libertad e igualdad para los afroamericanos bajo la influencia intelectual principal del sociólogo e historiador Du Bois.

Palabras clave: Americanismo. Derechos civiles. Afroamericanos. Abolicionistas. Du Bois.

1. OS ESTADOS UNIDOS E A DESIGUALDADE SOCIAL

Os Estados Unidos da América possuem uma vasta história na luta de negros por emancipação social, desde a abolição da escravidão até a conquista gradual do direito ao voto em algumas federações. A década de 1960 foi o momento em que a luta por cidadania, liberdade e igualdade mais se acentuou, tendo à frente lideranças como Martin Luther King Jr., Angela Davis, Malcolm X e Elaine Brown. Entretanto, na primeira metade do século XX, ocorreu a reivindicação por direitos civis no país, marcada por uma herança de lutas de afrodescendentes desde a Revolução, que constituíra um Estado independente da Inglaterra.

A formação de uma organização relevante para luta antissegregacionista nos Estados Unidos já havia ocorrido em 1909, por exemplo, com a fundação da *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), ou Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, no português, que visava à inclusão de afro-estadunidenses na sociedade através de investimento na educação e publicidade. (CARBONE, 2008, p. 329). O século XX nos Estados Unidos se mostrou um período esperançoso às pautas raciais no jogo político no país, como se registrou durante a década de 1930. A ascensão do fascismo italiano e do nazismo alemão nessa década contribuiu ao fortalecimento do combate ao ódio racial, ao menos entre os liberais, através de políticas públicas; diante de um nacionalismo nazifascista, que fora baseado no ódio étnico e racial, o combate à discriminação de pessoas negras se tornou uma das pautas prioritárias na política liberal estadunidense nos anos 1930. (GERSTLE, 1994, p. 1070). O ódio racial na sociedade, inclusive com a influência da *Ku Klux Klan* nos anos 1920, era de fato uma preocupação política na sociedade estadunidense, principalmente entre os negros que compreendiam bem a segregação racial na sociedade e desejavam uma democracia fortalecida no país (RODRIGUES, 2013, p. 53).

Em meio a isso, os EUA se configuram como um país em que uma doutrina americanista esteve presente, baseada na ideia de uma nação que priorizasse a igualdade, que

seria gerada pela valorização da liberdade, através da garantia constitucional. Esse ideal americanista se fez presente em inúmeros grupos sociais em todo o país, desde imigrantes até a comunidade afrodescendente. Um tema que ainda não é muito explorado (BAY, 2006, p. 27), essa conexão entre o americanismo (como será explicado, uma espécie de americanismo reivindicado) e a luta por direitos civis (protagonizada por pessoas negras) será analisada neste texto. Desse modo, é necessário avaliar a consistência das lutas de muitos cidadãos estadunidenses que lutaram por uma sociedade não escravista e menos segregacionista. Com base nisso, as pautas defendidas por muitos abolicionistas e pelo sociólogo, historiador e ativista norte-americano William Edward Burghardt Du Bois³, ele mesmo afrodescendente, serão objetos de estudo neste artigo.

2. LIBERDADE, CIDADANIA E IGUALDADE

A reivindicação de afro-estadunidenses por liberdade e igualdade nos Estados Unidos da América ocorre desde a luta pela desanexação do Império Britânico. A formação de sua constituição girava em torno da ideia de liberdade para a população, tanto a liberdade individual quanto a autonomia das federações dos Estados Unidos, então, independente.

Dessa premissa, o americanismo se moldou entre os estadunidenses que desejavam a garantia irrestrita e rígida da liberdade constitucional de expressão e manifestação, sendo que havia esse mesmo sentimento entre afro-estadunidenses. No contexto da escravização de africanos no país, movimentos contrários à exploração de escravizados já existiam desde o século XVIII, tendo como pilares o período de Independência do país e a elaboração da *United States Bill of Rights*, a Declaração dos Direitos, criada no ano de 1789 e ratificada em 1791 (BAY, 2006, p. 27).

Apesar de não ser muito mencionada na historiografia sobre a Independência estadunidense disponível no Brasil, a participação de negros nas tropas contrárias aos britânicos foi relativamente numerosa. A garantia de liberdade e da igualdade moveu muitos negros a lutarem na Revolução, até porque alguns proprietários de escravizados foram remunerados pelo Congresso para que liberassem homens para a composição das tropas libertárias (BAY, 2006, p. 31). Assim, e com a vitória sobre os rivais britânicos, muitas pessoas negras experimentaram o prazer da vitória em suas vidas e, isso, contribuiu para o sentimento patriótico que muitos deles levariam como marca.

³ Du Bois (1868-1963) também foi um importante fundador da NAACP. (SAMYN, 2018, p. 73). Uma de suas obras mais famosas é o livro "As Almas da Gente Negra", publicado em 1903.

O movimento negro de anticolonização, que se mobilizou logo após a reunião inaugural da ACS⁴, se baseou nas concepções antiescravistas dos Estados Unidos da América, que os afrodescendentes haviam defendido desde os primórdios da era revolucionária. Forjadas em um cadinho de escravidão, servidão e discriminação racial, as ideias afro-estadunidenses sobre liberdade e a nova nação eram ainda mais poderosas, pois eram tão difíceis de realizar e dar um caráter coerente à longa luta negra pela abolição (BAY, 2006, p. 28, tradução nossa)⁵.

Esse sentimento é essencial para compreender a formação de um americanismo entre os afro-estadunidenses. Se algumas pessoas escravizadas foram libertadas ao servirem em uma guerra, nem todas tiveram a mesma oportunidade, e a luta por elas, que estavam presas às amarras da escravidão, seria uma causa de uma boa parte de afrodescendentes patriotas. Os afro-estadunidenses que ajudaram na constituição do americanismo, talvez um “americanismo negro”, se apossaram de suas libertações com base em uma carta constitucional que visava à garantia da liberdade (BAY, 2006, p. 29). Dessa forma, um grande contrassenso ocorria nos Estados Unidos no começo do século XIX, pois, ao mesmo tempo em que a garantia da liberdade era um direito, a escravidão persistia na sociedade. Algumas leis visavam à emancipação dos afro-estadunidenses, principalmente no Nordeste dos EUA, mas com muita luta e resistência de estadunidenses negros, que reivindicavam uma liberdade para todos, já que a autonomia do país independente também se deu com luta, sangue e morte de pessoas negras (BAY, 2006, p. 38).

Após a abolição da escravidão, uma nítida mudança ocorreu com os afro-estadunidenses na sociedade. Do *status* de escravizados, as pessoas negras começaram a ser tratadas como inferiores por pessoas brancas, inclusive, através da proibição de negros frequentarem igrejas de maioria branca, por exemplo. Mesmo com a abolição, o clima hostil entre cidadãos brancos e negros nos EUA persistiu no século XIX através de restrições às pessoas negras no cotidiano⁶. Assim, intelectuais e manifestantes contrários a essa segregação começaram a buscar formas de luta contra a inferioridade imposta às pessoas negras. Simultaneamente, a formação da ACS se configurou como uma organização

⁴ *American Colonization Association*, ou Associação Estadunidense de Colonização, no português. A associação buscava “levar o indivíduo negro ao seu lugar de origem”, no caso, uma parte litorânea do continente africano, que se tornaria a Libéria. (AKPAN, 2010, p. 282).

⁵ Tradução nossa a partir de: “The black anticolonization movement that mobilized shortly after the ACS’s inaugural meeting drew on antislavery conceptions of America that African Americans had championed since the very dawn of the revolutionary era. Forged in a crucible of slavery, servitude, and racial discrimination, African American ideas about liberty and the new nation were all the more powerful for being so difficult to realize and gave coherence and character to the long black struggle for abolition.”

⁶ Essa institucionalização do racismo veio através das leis, como a Lei Jim Crow, e o impedimento do casamento inter-racial (HATTNER, 2013, p. 14).

ameaçadora para alguns. Ela visava diminuir o clima hostil que existia no país com a transferência de pessoas negras dos Estados Unidos ao continente africano.

A visão da ACS de um país branco e limpo de escravizados e negros encontrou pouco apoio entre negros livres, que suspeitavam que os planos da ACS não previam a efetiva erradicação da escravidão. Um fantasma perigoso em suas novas, duras e inseguras liberdades, a agenda da ACS parecia ameaçar com a deportação por atacado da comunidade negra livre (BAY, 2006, p. 36)⁷.

Muitas pessoas que serviram às tropas estadunidenses na Revolução contra os britânicos viam com desconfiança a formação da ACS, pois os valores e princípios ligados ao patriotismo desses negros eram fortes por causa de suas experiências na luta por um país independente. As pessoas contrárias às táticas da ACS usavam o amor à terra estadunidense, a garantia de liberdade na *Bill of Rights*, além do papel dos negros na independência dos Estados Unidos, como argumentos para defender formas de emancipação dos afro-estadunidenses enquanto cidadãos do país, ou seja, dentro da nação. A ACS era acusada de ser um mecanismo das pessoas brancas para espantar a comunidade negra nos Estados Unidos e isso era visto negativamente, principalmente pelos negros que participaram da Revolução, pois as pessoas afrodescendentes deveriam ser cidadãs assim como as pessoas brancas o eram no país:

Os participantes de uma das primeiras reuniões de anticolonização na Filadélfia denunciaram os planos da ACS como uma excomunhão. Declarando sua determinação em não cooperar, eles notaram que o “plano de colonizar as pessoas livres de cor dos Estados Unidos na costa da África... não [foi] solicitado por nós: nem será exigido por nenhuma circunstância, em nossa condição futura ou presente, desde que nos seja permitido compartilhar as excelentes leis e o governo justo de que desfrutamos agora, em comum com todos os indivíduos da sociedade.” (BAY, 2006, p. 36-37)⁸.

Assim, um sentimento nostálgico também fazia parte dos argumentos de afro-estadunidenses, já que os revolucionários lutaram na guerra pela independência para se livrar da escravização; a luta de negros mais antigos por um Estado libertador deveria servir para a garantia da cidadania, prosperidade, igualdade e liberdade dos negros nos Estados Unidos.

⁷ Tradução nossa a partir de: “The ACS’s vision of a white America cleansed of both slavery and black people met little support among free blacks, who suspected that the ACS’s plans did not provide for the actual eradication of slavery. A dangerous shadow on their newfound, hard-fought, and insecure liberties, the Colonization Society’s agenda seemed to threaten the wholesale deportation of the free black community.”

⁸ Tradução nossa para: “Participants in one of the early anticolonization meetings in Philadelphia denounced the ACS’s plans as an anathema. Declaring their resolve not to cooperate, they noted that the ‘plan of colonizing the free people of color of the United States on the coast of Africa... [was] not asked for by us: nor will it be required by any circumstance, in our future or present condition, as long as we are permitted to share the excellent laws and just government which we now enjoy, in common with every individual in the community.’”

(BAY, 2006, p. 42). Nessa linha, a causa abolicionista no país pode ser entendida como um movimento desde o século XVIII, após o período da independência do domínio britânico na região. Lutar pela liberdade, tanto a soberania da pátria quanto a liberdade das pessoas na nação, seria lutar pela abolição da escravização. Os abolicionistas se utilizavam da constituição para garantir a liberdade de seus irmãos negros, já que a manutenção da escravidão seria um desrespeito à luta deles pela independência dos Estados Unidos; da mesma forma, seria algo contraditório com os valores constitucionais da nação.

3. DU BOIS E OS VALORES AMERICANISTAS

Já no final do século XIX, uma construção em torno do ideal de americanismo foi ainda mais fortalecida, principalmente entre muitos intelectuais que elaboraram estudos e visões em torno do ideal de um povo estadunidense. A individualidade, assimilação cultural e liberdade, valores que compunham essa ideia, e em cuja formulação histórica os cidadãos negros seriam centrais, era trabalhada por uma parte da intelectualidade estadunidense. Essa centralidade se dava pelo aspecto inferior que era conferido à comunidade negra no país, fomentada também pelo desenvolvimento da eugenia, que pregava uma inferioridade étnica e racial de algumas partes da sociedade, incluindo a comunidade negra estadunidense. De toda forma, uma defesa da diversidade cultural, autonomia individual, justiça social e liberdade econômica foram frisadas como relevantes na composição do povo estadunidense por esses intelectuais, reivindicando um americanismo ligado a tais necessidades, uma espécie de “Verdadeiro americanismo” (HANSEN, 2006, p. 75).

No século XX, em meio ao contexto da Primeira Guerra, os perigos do nacionalismo fascista e o temor diante dos ideais anarquistas e comunistas afligiam muitos desses intelectuais, que buscavam redefinir as bases da formação cultural e social dos Estados Unidos através da existência de um pluralismo cultural na sociedade. Assim, a existência de diferentes raças convivendo no país é descrita por W. E. B. Du Bois, que via a democracia como heterogênea, em que os negros precisariam se esforçar para possuírem a garantia de liberdade e igualdade na sociedade, assim como outras raças. Du Bois considerava a necessidade da conservação da divisão racial para a garantia da prosperidade nessa sociedade democrática e heterogênea e, até mesmo, para manter o país distante do nacionalismo extremado (HANSEN, 2006, p. 78).

Nessa perspectiva, W. E. B. Du Bois se apresentava como mais um intelectual que destacava a importância da comunidade afro-estadunidense na história dos EUA e sua

contribuição para fortalecimento daquela sociedade. A inexistência de um nacionalismo tóxico concorreria para o pluralismo cultural no país e defendia-se que os afro-estadunidenses compreendessem a importância disso, já que sua participação política ajudaria a moldar o caráter do americanismo:

Em “A Conservação das Raças”, ele [Du Bois] ressaltou as sobreposições de afrodescendentes: “Somos estadunidenses não apenas por nascimento e por cidadania”, afirmou, “mas por nossos ideais políticos, nossa língua, nossa religião. Além disso, nosso Americanismo não funciona. Nesse ponto, somos negros, membros de uma vasta raça histórica, que desde os primórdios da criação, dormiu, mas [está] meio despertada nas florestas escuras de sua pátria africana”. Certamente isso foi *longe o suficiente* (HANSEN, 2006, p. 78, grifos no original)⁹.

Du Bois se firmou nas ideias de Randolph Bourne sobre o multiculturalismo, estadas, por sua vez, baseadas na importância da cooperação das raças e da integração social para o desenvolvimento da democracia estadunidense, principalmente no caso dos imigrantes e das raças inferiorizadas pela “raça anglo-saxã”, que se julgaria superior às outras (HANSEN, 2006, p. 78-9). Partindo disso, a relevância de uma sociedade cosmopolita e igualitária seria ressaltada para combater o caráter colonialista dos Estados Unidos por ambos os autores.

Por isso, os afro-estadunidenses teriam uma importância fundamental na construção tanto da sociedade estadunidense quanto de uma ideia de americanismo; seria necessária a presença de pessoas negras livres e inteligentes para combater os vestígios do colonialismo nas ideias dos cidadãos dos EUA, que, na ótica de Du Bois, “[...] teriam que desenvolver mentes e músculos, cultivar a consciência racial e se defender abertamente por seus direitos legais” (HANSEN, 2006, p. 77)¹⁰.

Du Bois esteve imerso na sociedade estadunidense do início do século XX e estava preocupado com o papel e a importância da diversidade cultural na formação sociopolítica dos Estados Unidos. Um Estado que garantisse cidadania, igualdade, liberdade e tolerância entre os diversos grupos étnicos estava em pauta na primeira metade do século XX, até porque era debatida entre muitos estudiosos. Os filósofos John Dewey e Horace Kallen e o advogado Louis Brandeis foram alguns destes que discutiram a importância da diversidade étnico-racial na história estadunidense, a manutenção da ordem nacional e garantia dos valores

⁹ Tradução nossa para: “In ‘The Conservation of Races,’ he underscored African Americans’ overlapping affiliations: ‘We are Americans not only by birth and by citizenship,’ he maintained, ‘but by our political ideals, our language, our religion. Farther than that, our Americanism does not go. At that point, we are Negroes, members of a vast historic race that from the very dawn of creation has slept, but [is] half awakening in the dark forests of its African fatherland.’ Surely this was *far enough*.”

¹⁰ Tradução nossa a partir de: “[...] they would have to develop minds as well as muscles, cultivate racial consciousness, and stand up unabashedly for their legal rights.”

revolucionários (HANSEN, 2006, p. 83). A contribuição de Du Bois nesse contexto foi a de descrever a importância central de mulheres e homens afro-estadunidenses na história dos Estados Unidos, expondo que um país seguro de extremismos também seria um país que garantisse direitos às pessoas negras.

Assim, Du Bois teve uma significativa influência sobre o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, além de resgatar um sentimento americanista que servisse aos anseios das pessoas negras para reivindicar os privilégios até então exclusivos das pessoas brancas. (RODRIGUES, 2013, p. 28). Esse sentimento americanista de pertencimento a uma nação libertária e que visasse à igualdade, somado ao conhecimento que as pessoas negras deveriam ter sobre seus papéis na história estadunidense enquanto uma comunidade, seriam maneiras de adquirir mais direitos no país. Toda herança de abolicionistas nos Estados Unidos no século XVIII e XIX, além dos esforços de intelectuais como Du Bois pela dessegregação no século seguinte, são alguns sintomas que explicam a intensificação da luta por mais igualdade nos Estados Unidos da América no século XX.

4. A BANDEIRA INCLUSIVA

A expansão da luta por inclusão e igualdade para grupos minoritários além dos afro-estadunidenses, tais como as mulheres, os latinos, pessoas LGBTQIAP+¹¹ e indígenas norte-americanos, suscita um ideal americanista com uma nova roupagem, tentando alinhar a nação estadunidense a uma imagem de nação acolhedora, igualitária e inclusiva. Em tese, o que se busca é a expansão dos fatores explicativos sobre “o que é ser estadunidense”, além do modelo “branco, anglo-saxão e protestante”. Como expõe Valeria Carbone (2008), o movimento dos afro-estadunidenses influenciou e desencadeou o surgimento de movimentos diversificados por direitos civis, e estes, em última instância, recorrem a um ideal de liberdade e igualdade que estaria presente na *United States Bill of Rights*. (CARBONE, 2008, p. 340-341).

O que se quer mostrar é que o americanismo, enquanto ideologia que perpassa discursos visivelmente antagônicos, esteve presente também na bandeira inclusivista dos movimentos estadunidenses modernos por direitos civis. Há um imaginário de nação formada como igualitária e inclusiva, mas o curso da história dos Estados Unidos acabou por quebrar esse ideário. A ação desses movimentos busca resgatar justamente isso, ancorado no direito

¹¹ Acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromântiques/Agêneros, Pansexuais/Polissexuais, e mais.

pela liberdade individual, sobretudo, que está ligada ao individualismo, uma das bases da ideologia americanista (HANSEN, 2006, p. 74). Há também, no caso dos movimentos LGBTQIAP+, um apelo para que o Estado deixe de interferir nas deliberações concernentes à orientação sexual e para que se abra à questão do casamento civil igualitário para os diferentes perfis de casais, por exemplo, passando por outro pilar do americanismo que é o antiestatismo. Guardadas as devidas proporções e particularidades, esses movimentos, de uma forma ou de outra, suscitam questões ligadas à amálgama ideológica americanista.

Nessa linha, diferentemente da radicalização predominante nos grupos afrodescendentes nas décadas de 1960 e 1970, a luta por mais direitos para as pessoas negras veio de uma herança de manifestações que reivindicavam o direito de afrodescendentes conviverem com brancos de forma harmoniosa (CARBONE, 2008, p. 339). Em uma sociedade que conquistou sua independência no final do século XVIII, os anseios da descolonização se tornaram parte do imaginário de muitas pessoas negras, que observavam, sentiam e sofriam com a escravidão e a inferiorização imposta a outros devido a cor de sua pele. A reivindicação e a elaboração de um americanismo mais inclusivo fazem parte da luta afro-estadunidense ao longo da história dos Estados Unidos enquanto um país independente.

Os abolicionistas se tornaram uma oposição em um novo país marcado por ideais mais libertários, igualitários e cidadãos, mas que não abarcava a população negra, escravizada e inferiorizada nos séculos XVIII e XIX.

A inferiorização persistiu no século XX, entretanto. Em uma análise de longa duração, é visível que a luta por qualquer forma de direito emancipatório pelos negros estadunidenses é algo profundo e variável. Os problemas enfrentados pelos afro-estadunidenses foram seríssimos: o desejo de inclusão em uma sociedade independente existia e a luta por equiparação social, política e econômica persistiu ao longo do século XX (SAMYN, 2018, p. 11). O racismo é presente no país até os dias atuais, em que figuras afro-estadunidenses se fazem presentes nas manifestações e lutas cotidianas, desde James Earl Jones até Rosa Parks.

Da causa abolicionista, perpassando os direitos civis, indo às pautas raciais e de classe defendidas pelo Partido dos Panteras Negras, contempla-se a profundidade histórica das reivindicações afro-estadunidenses. Essa causa em prol das pessoas negras é rica de detalhes, tanto nas pautas mais inclusivas ou radicais de partidos, quanto na composição dos grupos de luta, já que desde pessoas negras extremamente pobres até afrodescendentes com formação acadêmica fizeram parte das reivindicações e lutas afro-estadunidenses do século XVIII ao século XX.

5. DU BOIS, AMERICANISMO E EMANCIPAÇÃO: ALGUMAS CONCLUSÕES

Esse artigo se propôs a explicar uma complexa relação entre uma sociedade que segrega as pessoas negras e um ideal estadunidense, o americanismo, que visaria à emancipação social e individual para todos os cidadãos, e o papel da intelectualidade nessa relação, através da influência de W. E. B. Du Bois. Este historiador e sociólogo afro-estadunidense é um dos mais renomados de sua época e ainda é considerado muito importante para a luta por emancipação civil das pessoas negras nos Estados Unidos. O uso da História e das Ciências Sociais é um instrumento importante à formulação de críticas consistentes para um problema social bem evidente, como a segregação de afrodescendentes em uma sociedade marcada pelo processo de escravização de pessoas negras (fato importante, mas que não é o único que constitui a trajetória negra), que Du Bois buscou compreender.

Apesar de sua importância, a luta das pessoas negras contra qualquer forma de submissão contribuiu para o papel de Du Bois, não apenas em seus estudos, mas também com um legado de inúmeras mentes afro-estadunidenses contra qualquer forma de desigualdade. O esforço para combater a inferiorização foi encarado por Du Bois, pois foi um grande problema enfrentado pelas pessoas afrodescendentes, em uma sociedade em que a abolição da escravidão foi uma consequência da Guerra Civil. Esta guerra também foi lutada com base na reivindicação de igualdade, liberdade, cidadania e prosperidade para todos os cidadãos estadunidenses, com brancos e negros compondo as tropas nesse conflito e, a partir daí, o americanismo foi reformulado.

Na reivindicação desse americanismo voltado aos afrodescendentes, o papel de muitos negros mais intelectualizados, que tinham mais conhecimento da realidade escravocrata abordada, foi essencial para a luta por mais igualdade, liberdade e cidadania. Ao longo dos séculos XIX e XX, alguns intelectuais foram bastante relevantes nessa luta, inclusive Du Bois, não apenas pelos seus trabalhos acerca da sociedade estadunidense, mas também pelo alcance de seus estudos, que influenciaram, ainda, estrangeiros mais distantes da realidade dos EUA, como Friedrich Engels (BLACKBURN, 2011, p. 91).

Assim, o Du Bois se apresenta como uma grande figura à compreensão dos anseios de muitos afro-estadunidenses no começo do século XX, já que sua obra foi influente, profunda, reconhecida e até hoje é muito estudada. Diante das pautas defendidas e reivindicadas por abolicionistas e ex-escravizados, os estudos feitos por W. E. B. Du Bois se tornam modos de combate ao racismo, escravismo e segregacionismo. Desta maneira, para além da participação

nos conflitos durante o processo de Independência dos Estados Unidos, a relevância de afro-estadunidenses no estudo científico e universitário da sociedade é fundamental para a compreensão da luta por igualdade as pessoas afro-estadunidenses no século XX e mesmo no século XXI, uma vez que essa aspiração ainda é presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKPAN, Monday B. **Libéria e Etiópia, 1880 -1914: a sobrevivência de dois Estados africanos.** In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 281-318.

BAY, Mia. **“See Your Declaration Americans!!!”: Abolitionism, Americanism, and the Revolutionary Tradition in Free Black Politics.** In: KAZYN, Michael; MCCARTIN, Joseph A. (Eds.). Americanism: New Perspectives on the History of an Ideal. Chapel Hill: UNC Press, 2006. p. 25-52.

BLACKBURN, Robin. **Introduction.** In: BLACKBURN, Robin. Marx and Lincoln: An Unfinished Revolution. London: New York: Verso, 2011. p. 1-100.

CARBONE, Valeria Lourdes. **“Shall they overcome?...” Ayer y hoy del Moderno Movimiento por los Derechos Civiles de los Afro-norteamericanos en los Estados Unidos.** Antíteses, Londrina, v. 1, n. 2, p. 325-342, 2008.

GERSTLE, Gary. **The protean character of American Liberalism.** The American Historical Review, Bloomington, v. 99, n. 4, p. 1043-1073, 1994.

HANSEN, Jonathan. **True Americanism: Progressive Era intellectuals and the problem of Liberal Nationalism.** In: KAZYN, Michael; MCCARTIN, Joseph A. (Eds.). Americanism: New Perspectives on the History of an Ideal. Chapel Hill: UNC Press, 2006. p. 73-89.

HATTNER, Alvaro. **Prefácio.** In: RODRIGUES, Vladimir Miguel. O X de Malcolm X e a Questão Racial Norte-Americana. São Paulo: Ed. UNESP, 2013. p. 13-15.

RODRIGUES, Vladimir Miguel. **Contexto histórico: Malcolm X, um protagonista de uma sociedade racista.** In: RODRIGUES, Vladimir Miguel. O X de Malcolm X e a Questão Racial Norte-Americana. São Paulo: Ed. UNESP, 2013. p. 23-56.

SAMYN, Henrique Marques. **Sobre esta antologia; Por uma revolução antirracista: síntese histórica e trajetória ideológica do Partido Pantera Negra.** In: SAMYN, Henrique Marques. Por uma Revolução Antirracista: uma antologia de textos dos Panteras Negras (1968-1971). Rio de Janeiro: edição do autor, 2018. p. 9-143.